



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   08   2010	15h25min	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 59ª  
(QUINQUAGÉSIMA NONA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 3 DE AGOSTO DE 2010.**

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Há número regimental. Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Peço à assessoria de todos os Deputados que façam contato com seus Parlamentares para que venham até o plenário, a fim de que possamos ir até a sala de reuniões acertar a pauta e votar.

Convido o Deputado Milton Barbosa a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 58ª Sessão Ordinária;
- Ata da 20ª Sessão Extraordinária;
- Ata da 21ª Sessão Extraordinária;



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   08   2010	15h25min	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

- Ata da 22ª Sessão Extraordinária;
- Ata da 23ª Sessão Extraordinária;
- Ata da 24ª Sessão Extraordinária.

Neste momento, visivelmente, há doze Deputados presentes neste plenário. O Deputado Benício Tavares se ausentou. Há treze Deputados presentes.

Esta Presidência questiona os senhores Deputados da possibilidade de suspendermos a sessão para nos reunirmos na sala de reuniões dos Deputados para discutirmos alguns projetos do Governo. (Pausa.)

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na realidade, concordo com V.Exa. A minha impressão é de que devemos discutir a pauta e aqueles itens fundamentais como, por exemplo, a estruturação da carreira do PROCON. Nós já fizemos a estruturação da carreira dos defensores públicos, mas também devemos discutir a estrutura da Casa. Sei da boa vontade de V.Exa. e eu gostaria de dar os parabéns a V.Exa. e à Mesa, mas quero, ao mesmo tempo, fazer uma observação a respeito das condições de trabalho, para que todos nos unamos e juntemos forças para resolver todos os problemas relacionados à infra-estrutura desta Casa para que realmente possamos prestar um bom serviço à população.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu concordo com a interrupção da sessão. Eu quero apenas dizer que sou favorável a que votemos na tarde de hoje o projeto de isenção de ICMS para produtores de maçãs e peras. Eu penso que esse projeto é importante e tornará essas frutas mais baratas para a população do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Reguffe, a pauta de hoje foi construída juntamente com a Assessoria do Governo para que atendesse o pleito da população.

Neste momento, a sessão será suspensa por tempo indeterminado para que todos os Deputados se reúnam na sala de reuniões dos Deputados.

Está suspensa a sessão.

(Suspensão às 15h39min, a sessão é reaberta às 16h51min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está reaberta a sessão.

Convido o Deputado Cabo Patrício a secretariar os trabalhos da Mesa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   08   2010	15h25min	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   08   2010	15h25min	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Estão presentes 15 Deputados, havendo, portanto, *quorum* regimental.

Consulto o Plenário se poderemos abrir mão dos Comunicados de Líderes e dos Comunicados de Parlamentares. Todos estão de acordo? (Pausa.)

Havendo acordo, estão encerrados os Comunicados de Líderes e os Comunicados de Parlamentares.

Dá-se início à

#### ORDEM DO DIA

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pareceu-me – inclusive, o Deputado Paulo Tadeu e a Deputada Erika Kokay estão fazendo alusão a isso agora – que são necessários alguns esclarecimentos, por parte da Mesa Diretora, sobre algumas questões que surgiram durante o recesso.

A minha impressão é de que a Mesa Diretora, Sr. Presidente – permita-me –, devesse fazer esses esclarecimentos agora.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício, que fará os esclarecimentos da Mesa Diretora a respeito de algumas polêmicas surgidas durante o recesso.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Boa-tarde a todos os Parlamentares, aos servidores, à imprensa e ao público presente à primeira sessão ordinária desta Casa na nova sede deste Poder.

O meu primeiro esclarecimento se refere à questão do funcionamento desta Casa. Como é do conhecimento de todos, estamos passando por um processo de mudança. A sede é nova e temos alguns setores que ainda não estão funcionando, como a telefonia. Alguns sanitários estão sendo adequados. É bom deixar claro a todos os presentes e às pessoas que estão assistindo a esta sessão que, nesse processo de mudança do Poder Legislativo, é muito natural ajustes, da mesma forma como ocorre com qualquer pessoa que constrói a sua residência e se muda. Aos poucos, vão-se organizando todas as tarefas e todos os procedimentos do dia a dia. Assim também será feito no Poder Legislativo. Há alguns espaços que estão desocupados e ainda estão mal aproveitados. A Mesa e os demais Parlamentares que estão ajudando, quando tomarem conhecimento do assunto, tomarão as providências necessárias para que tudo seja resolvido. Qualquer Parlamentar, servidor, gabinete, comissão ou seção desta Casa que tiver problema de funcionamento, seja administrativo ou não, poderá encaminhar o memorando ao Presidente, Deputado Wilson Lima. Os Secretários Executivos, Dr. Arnaldo e Dr. Fernando, estão a par de todo o funcionamento da Casa, de todas as necessidades,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   08   2010	15h25min	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

e irão resolver essas questões. Já foram levantadas questões a respeito da Copa, que a Deputada Erika Kokay apresentou. Tentaremos equacionar isso. Tentaremos resolver o assunto das lideranças. O local da imprensa ficou pequeno para os jornalistas e assessores de imprensa. Há um espaço maior, perto do local do cafezinho, onde a imprensa terá um acesso mais fácil aos Parlamentares e às assessorias. Estamos em um processo de mudança. Todas as unidades da Federação passaram por esse mesmo processo. Estávamos trabalhando em um local improvisado e, após anos, estamos implementando a sede definitiva do Poder Legislativo do Distrito Federal. É preciso pedir às pessoas paciência e calma, para que possamos resolver todas essas questões. A Mesa Diretora está empenhada nisso, para que tudo seja resolvido.

Com relação ao funcionamento do Plenário e da Câmara Legislativa, esta Casa retornou do recesso ontem. Todos os servidores já estão trabalhando normalmente e os Parlamentares também. Temos sessões ordinárias às terças, quartas e quintas-feiras. Houve um processo de discussão e posicionamento de alguns Parlamentares. Isso é legítimo e natural. Vivemos em um processo democrático, em que é livre a expressão do pensamento, principalmente no Poder Legislativo. A Câmara Legislativa terá sessão nos três dias – terças, quartas e quintas-feiras. Serão as sessões ordinárias. Caso haja necessidade de qualquer sessão extraordinária, essa prerrogativa será do Presidente da Câmara Legislativa, que poderá convocá-la quando achar necessário. E, havendo *quorum* em qualquer sessão ordinária ou extraordinária, haverá deliberação e votação por parte dos Parlamentares. Esclarecemos esses assuntos para a sociedade, a imprensa e as pessoas presentes.

Houve a informação de que a Câmara Legislativa ultrapassou o limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Foi uma denúncia do Sindical, do Poder Legislativo, cujos integrantes são servidores de carreira desta Casa. Faço questão de falar sobre o assunto. Não defendo que nenhum órgão público ou gestor público ultrapasse os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. A Mesa Diretora anterior, composta pelos Deputados Alírio Neto, Paulo Tadeu, Dr. Charles e Wilson Lima, fez um esforço muito grande para que a Câmara Legislativa se adaptasse à Lei de Responsabilidade Fiscal e o GDF pudesse conseguir empréstimos importantes para a efetivação e a viabilização do VLP, VLT e as obras da Copa do Mundo de 2014, que acontecerá no Brasil – a Capital da República sediará a Copa.

Houve a aprovação de um plano de carreira para os servidores, no ano passado, e há alguns ajustes a serem feitos no AI e AQ. São duas questões que temos de rever. A Mesa Diretora não se furtará da responsabilidade.

Tivemos uma mudança na data de arrecadação do IPTU e do IPVA. Houve uma diminuição da arrecadação e, no primeiro quadrimestre, a Câmara Legislativa passou a gastar 1,72%, o que corresponde a aproximadamente 2 milhões e meio.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   08   2010	15h25min	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Mas a Câmara Legislativa já se adaptou, já está dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal. Inclusive, pode cair até o final do ano para 1,67%, 1,68%. É bom a população e todo mundo ter conhecimento disto: já está em 1,68% e pode reduzir até 1,66%. Então, nós estamos com muita tranquilidade quanto a esse processo. Esta Mesa não vai se furtar a manter a Câmara, o Poder Legislativo dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal para que o GDF possa pegar todos os empréstimos necessários e viabilizar a Copa do Mundo aqui no Distrito Federal.

É importante ressaltar uma questão: o SINDICAL informou que a Câmara Legislativa contratou 591 pessoas. Nós saímos de uma crise, Brasília saiu de uma crise jamais vista no Brasil. Tivemos um governador que saiu e um vice-governador. Nós tínhamos aproximadamente nove Parlamentares que eram secretários de governo e que, ao retornarem a esta Casa, tiveram que recompor os seus gabinetes, a sua assessoria, o que é normal no Poder Legislativo. Tivemos também dois Parlamentares que renunciaram e uma Parlamentar que foi cassada. E os Parlamentares que entraram e assumiram os mandatos também tiveram que recompor as suas equipes, a sua assessoria. Então, os 591 que o SINDICAL alega que foram além estão dentro da normalidade. A Câmara Legislativa não contratou um servidor sequer a mais. Poderia, inclusive, quando ultrapassou para 1,72% da Lei de Responsabilidade Fiscal, não ter contratado. Agora é importante lembrar que não só no Poder Legislativo, mas no Poder Executivo e no Poder Judiciário há de haver responsabilidade com a população. Os Parlamentares que assumiram tinham que ter assessoria para que a atividade parlamentar e a Câmara Legislativa, o Poder Legislativo, que está resgatando a sua imagem, pudessem atuar dignamente atendendo a população do Distrito Federal.

Então, a Mesa Diretora, os 24 Parlamentares desta Casa estão muito tranquilos naquilo que foi feito e que está sendo feito na condução do restabelecimento da normalidade da política no Distrito Federal. E assim vamos continuar agindo, com muita firmeza, com muita responsabilidade, até o final do nosso mandato, no dia 31 de dezembro de 2010.

Eu queria só fazer esses esclarecimentos. Qualquer dúvida, a Mesa Diretora, os Parlamentares estão à disposição para esclarecer seja a imprensa, os servidores e principalmente a população do Distrito Federal.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Quero informar que na apreciação do Projeto de Lei nº 1.579, de 2010, o Plenário, diante do parecer da CEOF, aprovou as Emendas nº 11 e nº 22, apresentadas na CEOF, e a Emenda nº 24, de Plenário, de natureza diversa.

Levada para elaboração da redação final, houve, em razão da natureza supressiva e modificativa, inconsistências entre ambas, conforme Nota Técnica acostada aos autos, impedindo a sua elaboração.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   08   2010	15h25min	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

Como agora são matérias de mérito, não há que se falar de prevalência de uma emenda sobre a outra, já que ambas foram aprovadas.

Em razão disso, mantiveram contato com a Deputada Eliana Pedrosa, autora de uma das emendas conflitantes, e o Secretário Parlamentar do GDF, Dr. Cleyton, que confirma o aproveitamento do valor e do mérito da Emenda nº 22 no próximo crédito a ser votado neste plenário.

Em razão disso, submeto à deliberação do Plenário o conteúdo da Nota Técnica formulada pela CEOF, que confirma a aprovação da Emenda nº 11, assim como a proposta de redação final ali sugerida e constante das fls. 229 a 319 do processo.

Em discussão a Nota Técnica e a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam a Nota Técnica e a redação final permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

A Nota Técnica e a redação final estão aprovadas com a presença de 18 Deputados. Está ratificada a aprovação da redação final.

O Deputado Paulo Tadeu pediu que fizéssemos a apreciação do Veto, item nº 3 da pauta.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria, na realidade, pedir a V.Exa. e aos demais Parlamentares a apreciação desse veto parcial que consta na Ordem do Dia, no item nº 3, porque, na realidade, nesse caso específico, a Câmara Legislativa procurou, quando da aprovação dessa matéria, garantir total transparência nas ações do Tribunal de Contas do Distrito Federal e também do Ministério Público de Contas, disponibilizando em sua rede mundial um conjunto de informações para que a população pudesse acompanhar *pari passu* os acontecimentos e as discussões daqueles órgãos, TCDF e MPjTCDF. O Governador à época, Arruda, vetou esse artigo aprovado por consenso por este Poder. Entendo que poderíamos, então, iniciar a apreciação da pauta de hoje por esse item, uma vez que entendo que há consenso porque trata de transparência nas ações desses Poderes.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Há concordância de todos os Parlamentares quanto à apreciação do item nº 3? (Pausa.)

Não há divergências.

Item nº 3:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   08   2010	15h25min	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.436, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera dispositivo da Lei nº 4.386, de 5 de agosto de 2009, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2010”.

O relatório já foi lido.

O Deputado Paulo Tadeu propôs, na sala do “cafezinho”, que todos votassem “não” para dar transparência a todos os trabalhos dos Poderes Executivo e Legislativo e à própria autonomia do Tribunal de Contas.

Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   08   2010	15h25min	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	9



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 03/08/2010

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL  VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): Art 2º

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

PROJETO DE LEI Nº(S) 1936/09

Autor: Deputado(a): \_\_\_\_\_  Executivo

Relator: Deputado(a): Dr Charles

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AGUINALDO DE JESUS – PRB				X	
	ALÍRIO NETO – PPS				X	
	AYLTON GOMES – PR				X	
	BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRB		X			
	BENEDITO DOMINGOS - PP		X			
	BENÍCIO TAVARES – PMDB				X	
	CABO PATRÍCIO - PT		X			
	CHICO LEITE - PT		X			
	CRISTIANO ARAÚJO – PTB		X			
	DOUTOR CHARLES – PTB		X			
	ELIANA PEDROSA – DEM		X			
	ÉRIKA KOKAY - PT		X			
	GERALDO NAVES		X			
	JAQUELINE RORIZ – PMN		X			
	MILTON BARBOSA – PSDB				X	
	PAULO RORIZ – DEM		X			
	PAULO TADEU – PT		X			
	RAAD MASSHOU – DEM		X			
	RAIMUNDO RIBEIRO – PSDB		X			
	REGUFFE – PDT		X			
	ROBERTO LUCENA - PR		X			
	ROGÉRIO ULYSSES				X	
	RÔNEY NEMER - PMDB				X	
	WILSON LIMA - PR		X			
	TOTAL		17		7	

Charles  
ASSP

SECRETÁRIO REP. RAIMUNDO RIBEIRO

ASSP  
Nº 1  
Fls. °

VOTOS "SIM"	-	VETO MANTIDO	
VOTOS "NÃO"	17	VETO REJEITADO	X
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	7		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   08   2010	15h25min	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos contrários. Houve 7 ausências.

Total de votantes: 17.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nós poderíamos apreciar os itens nºs 4 e 5, que dizem respeito ao Orçamento de 2009, que já foi todo ele executado e, portanto, seria pela manutenção dos vetos? Como também o item nº 6, que diz respeito ao passe livre? Hoje foi sancionada a nova lei. Então, tanto faz derrubar ou manter, porque esta lei já não é a lei que estará em vigor a partir da sanção da nova lei do passe estudantil a partir de hoje.

Então, eu penso que poderíamos realizar a votação desses três itens.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Eliana Pedrosa, o item nº 4 encontra-se no Gabinete do Deputado Raad Massouh e a assessoria não conseguiu acessar esse processo. Então, solicito ao Deputado Raad Massouh que envie o projeto o mais rapidamente possível para a Assessoria de Plenário para que possamos apreciá-lo na próxima sessão legislativa.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só por uma questão de esclarecimento. No item nº 3, quando V.Exa. divulgou o resultado, só para que fique claro que o veto foi derrubado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O veto foi derrubado.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, só para deixar claro que aqui no Poder Legislativo do Distrito Federal todas as ações dos Parlamentares são públicas e, logo, toda a sociedade pode acompanhar. E, a partir desse acompanhamento, a sociedade pode elogiar ou criticar.

O caso específico do que aprovamos aqui é que as ações do Tribunal de Contas e também do Ministério Público de Contas terão a mesma transparência para que também a população possa acompanhar e também criticar ou elogiar as ações daquelas Casas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   08   2010	15h25min	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

Então, eu quero elogiar este Parlamento pela derrubada desse veto, porque dará transparência à sociedade daquilo que acontece dentro do Tribunal de Contas do Distrito Federal, bem como do Ministério Público de Contas do Distrito Federal.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu penso que poderíamos votar os vetos, mas a minha sugestão é que, tão logo acabasse a votação dos vetos, votemos o projeto de isenção das maçãs e das peras, até para que o *quorum* não diminua e não corramos o risco de não votá-lo na tarde de hoje.

Eu acho que é um projeto importante para reduzir a carga tributária e isso irá atingir o consumidor na ponta, a população será beneficiada. É um bom projeto.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só queria deixar claro que, quando foi para dar início à votação, V.Exa. disse: “que votarem ‘sim’ estarão votando pela manutenção do veto; e ‘não’ pela derrubada do veto”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Geraldo Naves, eu manifestei o resultado que o veto foi derrubado.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, foi derrubado com 17 “sim”?

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Exatamente e com 7 ausências.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, mas o correto é dizer 17 “não” e 7 ausências.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito que seja feita a correção das notas taquigráficas.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu concordo com o que disse o Deputado Reguffe, tendo em vista o risco de baixa do *quorum*.

Então, devemos votar o projeto de isenção das maçãs e das peras.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Cristiano Araújo, os vetos precedem a votação de qualquer matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   08   2010	15h25min	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, mas há acordo para a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Se todos os Deputados concordarem, poderemos fazer a inversão da pauta.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu sugiro que votemos mais alguns vetos e, inclusive, o item nº 8, que cria a carreira de Planejamento e Gestão Urbana, porque corrige um erro, uma vez que o servidor, tendo feito uma opção por um regime de jornada, não poderia mudar. Portanto, o governo está certo em corrigir e sanar esse erro.

Com relação ao projeto de isenção das peras e maçãs, também acho que devemos apreciar hoje. Tive inúmeras reuniões com o Secretário de Fazenda e com o Governador para que isso ocorresse e, finalmente, o referido projeto chegou à Câmara e precisamos aprová-lo, porque nós entendemos que um preço mais baixo desses produtos, com a diminuição da carga tributária, é extremamente relevante quando sabemos que a alimentação das nossas crianças, mesmo adultos e idosos, com frutas é muito importante. Quando fui Secretária da pasta que tratava da segurança alimentar, vi como é importante termos ações positivas para melhorar a qualidade da alimentação do brasileiro.

Muito obrigada.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, se me permite, creio que poderíamos, de pronto, apreciar a homologação do convênio do CONFAZ no que diz respeito à isenção do imposto para os produtores de peras e maçãs, até porque exige *quorum* qualificado de 16 votos e há uma excepcionalidade na Lei Orgânica. A Lei Orgânica veta a possibilidade de benefícios fiscais durante o ano eleitoral, mas faz uma exceção: excepcionaliza a homologação de convênios do CONFAZ. Como há acordo, Sr. Presidente, não há nenhum problema de obstrução de pauta devido aos vetos, que realmente obstruem a pauta. Mas há um acordo, firmado inclusive na reunião com os Parlamentares, para que apreciássemos hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Folgo em saber que V.Exa. acata a solicitação para que apreciemos imediatamente a homologação do convênio do CONFAZ.

A outra questão é sobre os itens nºs 4, 5 e 8.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   08   2010	15h25min	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

O item nº 8, Sr. Presidente, precisamos apreciá-lo porque o Governador veta uma formulação dele mesmo, que é absolutamente injusta, e nós temos que manter esse veto, porque, se isso não ocorrer, vamos impedir que os servidores possam mudar de opção no que diz respeito a sua jornada.

Portanto, seriam os itens nºs 4, 5 e 8, que não necessitam de *quorum* de 16 votos, e apreciaríamos de imediato a homologação do CONFAZ.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Então passamos a apreciá-lo, atendendo, inclusive, às pessoas que estão na galeria e vieram aqui para assistir à aprovação do projeto.

Item nº 17:

Discussão e votação, em turno único, em regime de urgência, do Projeto de Decreto Legislativo nº 517, de 2010, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, originado do PROCESSO nº 105, de 2010, de autoria do Poder Executivo (Mens. nº 115/10), que “solicita homologação do Convênio ICMS 79/10 de 27 de maio de 2010”.

A Presidência designa o Deputado Paulo Tadeu para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Paulo Tadeu, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Decreto Legislativo nº 517, de 2010, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças originado do PROCESSO nº 105, de 2010, de autoria do Poder Executivo (Mens. nº 115/10), que “solicita homologação do Convênio ICMS 79/10 de 27 de maio de 2010”.

Sr. Presidente, conforme acordo de todos os partidos, de todos os líderes, e pela importância da matéria e urgência da mesma, sendo ela fruto de um acordo do CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária, esta Casa não poderia virar as costas para esse setor que produz no Distrito Federal maçãs e peras. Portanto, até para que o Distrito Federal não fique fora desse acordo nacional, nós somos favoráveis à aprovação da mensagem que ora se transforma no Projeto de Decreto Legislativo nº 517, de 2010.

Portanto, o nosso parecer é favorável ao presente projeto de decreto legislativo, Sr. Presidente.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   08   2010	15h25min	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Paulo Roriz, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria. (Pausa.)

Em razão da ausência do Deputado Paulo Roriz, a Presidência designa o Deputado Chico Leite para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Chico Leite, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria. Informo que o Processo nº 105, de 2010, transformou-se no Projeto de Decreto Legislativo nº 517, de 2010.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 517, de 2010, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças originado do PROCESSO nº 105, de 2010, de autoria do Poder Executivo (Mens. nº 115/10), que “solicita homologação do Convênio ICMS 79/10 de 27 de maio de 2010”.

Trata-se de convênio de ICMS, aliás, do Convênio nº 79, de 2010, que dispõe sobre a adesão do estado do Espírito Santo e do Distrito Federal às disposições do Convênio ICMS 94/2005, que autoriza os estados de Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina a conceder a isenção do ICMS nas saídas internas e interestaduais de maçã e pera.

Sr. Presidente, sob o ponto de vista tanto da iniciativa como da forma legislativa, há a presença dos requisitos necessários à aprovação. É por isso que eu me manifesto pela admissibilidade e, no mérito, eis que a matéria é administrativa e por isso necessita de posição de mérito na Comissão de Constituição e Justiça. Nós nos posicionamos favoravelmente.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 517, de 2010. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   08   2010	15h25min	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   08   2010	15h25min	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	16



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM  1º TURNO  2º TURNO  TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM 03/08/2010

- PARECER  ORAL  REJEIÇÃO PROJETO  FAVORÁVEL PROJETO  COM EMENDA(S)  ANEXO  
 EMENDAS AP. NºS \_\_\_\_\_  EMENDAS REJ. NºS \_\_\_\_\_  
 CCJ  CEOP  CAS  CDDHCEDP  CAF  CDC  CES  CSEG  CDESCTMAT  M.DIR.  COM.ESP.  
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE LEI Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) 517/10  
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) \_\_\_\_\_  
 RECURSO Nº (S) \_\_\_\_\_  
 REQUERIMENTO Nº (S) \_\_\_\_\_  
 OUTROS \_\_\_\_\_  
 VOTO EM SEPARADO  FAVORÁVEL  CONTRÁRIO  
 Autor: Deputado(a): COMISSÃO DE ECONOMIA ORÇAMENTO  Executivo  
 Relator: Deputado(a): \_\_\_\_\_

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AGUINALDO DE JESUS	PRB				X	
	ALÍRIO NETO	PPS				X	
	AYLTON GOMES	PR	X				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP				X	
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB				X	
	CABO PATRÍCIO	PT	X				
	CHICO LEITE	PT	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ELIANA PEDROSA	DEM	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT	X				
	GERALDO NAVES	DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ	PMN	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO RORIZ	DEM	X				
	PAULO TADEU	PT	X				
	RAAD MASSHOU	DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB	X				
	REGUFFE	PDT	X				
	ROBERTO LUCENA	PR	X				
	ROGÉRIO ULYSSES	--	X				
	RÔNEY NEMER	PMDB				X	
	WILSON LIMA	PR	X				
	TOTAL		19			05	

\*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. RAIMUNDO RIBEIRO

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ PDL Nº 517 2010

FOLHA Nº 088



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   08   2010	15h25min	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos favoráveis. Houve 5 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Esta Presidência dispensa o interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo 517, de 2010, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, originado do PROCESSO nº 105, de 2010, de autoria do Poder Executivo (Mens. nº 115/10), que “solicita homologação do Convênio ICMS 79/10 de 27 de maio de 2010”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.

Vocês estão de parabéns. A galeria conseguiu o *lobby*, conversar com os Deputados, e agora podem voltar aos seus estabelecimentos comerciais e ajudar o povo de Brasília a comprar maçã e pera mais baratas.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Maçã neles!

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas parabenizá-los também, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, assim como o Deputado Reguffe e os demais Parlamentares de todos os partidos, e quero dizer que não foi um *lobby*, no sentido pejorativo. Foi uma reivindicação, fruto de luta desses produtores, a quem nós também queremos parabenizar.

Parabenizo a Câmara pela sensibilidade que teve com relação à causa deles, que é uma causa de toda a sociedade.

Então, eu só queria reafirmar que não foi *lobby*, foi uma reivindicação justa e correta dos produtores. Era isso.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   08   2010	15h25min	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, faço minhas as palavras do Deputado Paulo Tadeu e digo que aqui nós tivemos a presença de pessoas que vieram defender direitos, não apenas o direito de não ter uma carga tributária tão escorchante, mas também o direito da sociedade.

Raras vezes nossos direitos mais imediatos se somam aos direitos históricos e mais permanentes da sociedade, e nós temos aqui representantes que estão de parabéns, que podem voltar para casa dizendo que conseguimos hoje não apenas homologar um convênio que nos atende no sentido de eliminar a carga tributária escorchante, mas que atende também a um direito do conjunto da sociedade.

Parabéns a vocês e carreguem a vitória para casa.

DEPUTADO DR. CHARLES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também queria parabenizar os produtores, porque, como médico, entendo que as crianças estão em formação, inclusive dos seus neurônios, e nós vamos ter grandes brasileiros a partir de uma alimentação adequada.

Parabéns a todos vocês.

DEPUTADO ROBERTO LUCENA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBERTO LUCENA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, demais Colegas, nessa bonita Casa, que mais bonita seja a nossa atitude aqui em Brasília.

Começamos já reduzindo essa carga para esses trabalhadores da agricultura, como eu também sou, mas que isso se estenda para todas as outras categorias que geram emprego em Brasília.

Parabéns!

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (PMN. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, ontem eu conversava com produtores, e eles me diziam que pera e maçã eram as duas únicas frutas que tinham carga tributária. Portanto, eu acho que a categoria foi vitoriosa e fortaleceu o Distrito Federal, uma vez que havia, até então, evasão de divisas, porque eles tinham que comprar esses produtos de outros estados, e agora não têm mais.

Então, parablenho toda a categoria pelo empenho de estar aqui e proteger o bem deles, que é a produção das frutas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   08   2010	15h25min	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para esclarecer, até porque ainda estamos nos adaptando, cada Deputado que quiser fazer uso do microfone é só apertar o botãozinho. Vai piscar uma luz vermelha no seu microfone e acender uma luz azul aqui. O Presidente libera e o Parlamentar pode fazer uso da palavra.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Mas por que vermelha e azul?

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Aí, a verde é quando está liberado. Verde, azul e vermelho. Então, se qualquer Parlamentar quiser fazer uso da palavra, é só apertar o botãozinho. Vai piscar a luz, o Presidente libera e o Parlamentar poderá falar.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Lilás, não. É azul, vermelha e verde.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – É lilás, não é?

DEPUTADO AYLTON GOMES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para nós é uma honra, uma satisfação, esta Câmara Legislativa estar voltando às suas atividades. E eu, como um técnico agrícola, sei o quanto realmente custa produzir algum gênero alimentício. E essa carga tributária era algo que não tinha mais como se justificar.

Quero parabenizar as pessoas que fizeram gestão junto a esta Casa, parabenizar todos os Deputados que tiveram a consciência, a coerência, para realmente fazer essa redução, e dizer que Deus abençoe vocês nessa lida. A gestão democrática é assim: quando você busca a Casa e faz-se a gestão, o resultado é positivo.

Então, parabéns a todos os Deputados, parabéns a V.Exa, Sr. Presidente, e a todos os produtores que tiveram aqui o seu pleito garantido no primeiro dia de gestão desta Casa. Esse projeto ficará na história como o primeiro projeto que foi aprovado com essa grandeza aqui na Casa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu pedi a palavra para também parabenizar essa parte do setor produtivo, porque, como foi dito por diversos outros Parlamentares que me



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   08   2010	15h25min	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

precederam, trata-se, na verdade, da correção de uma injustiça que vinha sendo perpetrada ao longo dos anos. E esta Casa, talvez em um simbolismo que não foi premeditado, no seu primeiro projeto, na sua primeira votação de mérito, faz exatamente a correção de uma injustiça.

Então, eu acho que nós temos que, cada vez mais, sim, buscar incentivar o setor produtivo, que gera renda, que gera receita, que gera emprego e, de uma vez por todas, entendermos que quanto menos o Estado arrecadar e mais recursos ele deixar para a sociedade... A sociedade sabe gerir muito melhor do que os governos que passaram ao longo do tempo.

Então, eu quero parabenizar esse setor produtivo que veio aqui de uma forma bastante ordeira, que mostrou a necessidade da aprovação desse projeto, aprovação de uma forma que também pode representar um simbolismo. Foi aprovado por 19 votos, e os 5 que não votaram é porque se encontram ausentes, mas, certamente, se estivessem aqui, também teriam votado favoravelmente. Isso representa que a vontade da sociedade é unânime no sentido de cada vez mais corrigir as injustiças e incentivar o setor produtivo a produzir muito mais.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item nº 8:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.512, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “cria a carreira de Planejamento e Gestão Urbana no quadro de pessoal do Governo do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Roriz para que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PAULO RORIZ (DEM. Para proceder à leitura do relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   08   2010	15h25min	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	21



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº , DE 2010

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de Lei nº 1512/09, que *cria a Carreira de Planejamento e Gestão Urbana no Quadro de Pessoal do Governo do Distrito Federal e dá outras providências.*

PAULO ROBERTO

Relator: Deputado ~~Chico Leite~~

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PL nº 1512, 2009  
Fls. nº 87 Montale (11.07)

Pela Mensagem nº 2/2010-GAG (fls. 65), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto parcial** ao Projeto de Lei n.º 1512, de 2009, de autoria do Poder Executivo.

Trata-se de projeto de lei que criou a Carreira de Planejamento e Gestão Urbana no Distrito Federal.

Durante sua tramitação, o Projeto recebeu pareceres favoráveis da Comissão de Assuntos Sociais (fls. 16), da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (fls. 19) e da Comissão de Constituição e Justiça (fls. 21). A redação final ficou na forma acostada a fls. 35/44.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   08   2010	15h25min	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 2  
PL nº 1512 / 2009  
Fls. nº 88 Montale 11-07-1

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto parcial**, especificamente quanto ao §2º do artigo 11, que dispôs: "*§2º. Feita a opção por qualquer dos regimes de jornada, o servidor não mais poderá optar por regime diferente, salvo interesse da Administração Pública do Distrito Federal*".

Quanto ao preceito vetado, S. Exa. sustenta ser "*contrário aos parâmetros de índole constitucional aplicáveis ao tema objeto da proposta*", uma vez que "*traz distinção desarrazoada e não isonômica, sendo portanto, contrária ao princípio da impessoalidade a que se refere o artigo 37, caput, da Constituição Federal*" (fls. 65).

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO

Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE

Relator

  
DEP. PAULO RORIZ  
RELATOR



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   08   2010	15h25min	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o relatório.  
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   08   2010	15h25min	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	24



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 03/08 /2010

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL  VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): §2º da art. 11

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) \_\_\_\_\_  
 PROJETO DE LEI Nº(S) 1512/09

Autor: Deputado(a): \_\_\_\_\_  Executivo  
Relator: Deputado(a): Paulo Roriz

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AGUINALDO DE JESUS - PRB				X	
	ALÍRIO NETO - PPS				X	
	AYLTON GOMES - PR	X				
	BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRB				X	
	BENEDITO DOMINGOS - PP	X				
	BENÍCIO TAVARES - PMDB				X	
	CABO PATRÍCIO - PT				X	
	CHICO LEITE - PT				X	
	CRISTIANO ARAÚJO - PTB	X				
	DOCTOR CHARLES - PTB				X	
	ELIANA PEDROSA - DEM	X				
	ÉRIKA KOKAY - PT	X				
	GERALDO NAVES	X				
	JAQUELINE RORIZ - PMN	X				
	MILTON BARBOSA - PSDB	X				
	PAULO RORIZ - DEM	X				
	PAULO TADEU - PT	X				
	RAAD MASSHOU - DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO - PSDB		X			
	REGUFFE - PDT	X				
	ROBERTO LUCENA - PR	X				
	ROGÉRIO ULYSSES				X	
	RÔNEY NEMER - PMDB				X	
	WILSON LIMA - PR	X				
	TOTAL	14			10	

ASSP \_\_\_\_\_ SECRETÁRIO DEP. MILTON BARBOSA ASSP N° \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_  
Fls. ° \_\_\_\_\_

VOTOS "SIM"	14	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"	-	VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	10		



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   08   2010	15h25min	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis. Houve 10 ausências.

Total de votantes: 14.

Fica mantido o veto parcial, aposto ao § 2º, do art. 11, do Projeto de Lei nº 1.512, de 2009.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito a palavra para declaração de voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa. para declaração de voto.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, falo em nome da minha bancada, bancada do Partido dos Trabalhadores – Deputado Paulo Tadeu, Deputado Chico Leite, Deputado Cabo Patrício –, para dizer que, em verdade, o que foi mantido foi o veto ao seguinte parágrafo: “feita a opção por qualquer dos regimes de jornada, o servidor não mais poderá optar por regime diferente, salvo interesse da Administração Pública do Distrito Federal”.

Então, Sr. Presidente, o veto deveria ser mantido, porque esse parágrafo impede que o servidor, ao optar pela jornada de 40 horas, possa ter o livre arbítrio de remanejar ou de voltar a uma outra jornada; ficando ele absolutamente sujeito aos interesses da Administração, que nem sempre são os interesses da sociedade.

Por isso, Sr. Presidente, a Bancada do Partido dos Trabalhadores votou pela manutenção do veto e, neste sentido, com esta decisão tomada aqui no dia de hoje, os servidores têm a possibilidade de optar por regimes de jornadas diferenciadas, não têm a perenidade de uma opção feita, nem ficam absolutamente sujeitos aos interesses da Administração. Por isso, Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores, como toda a Casa presente, votou para que mantivéssemos o veto e déssemos ao servidor o direito de optar pelo regime de jornada assim como desejar e de acordo com os seus interesses específicos daquele momento.

Era isso, Sr. Presidente, a declaração de voto do Partido dos Trabalhadores acerca da apreciação e da manutenção desse veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Eu gostaria de comunicar às Sras. e aos Srs. Deputados que, de acordo com o que foi acordado, na sessão de amanhã daremos continuidade à votação dos projetos, principalmente dos itens nºs 10 a 16 da pauta.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03   08   2010	15h25min	59ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

Solicito a V.Exas. que peçam às assessorias que emitam juízos de valores e deem informações dos projetos que estão sendo pleiteados para que sejam votados – o Governo solicitou que assim o fosse, bem como há a liberdade dos Parlamentares de inserir na pauta de votação os projetos de autoria de cada um dos senhores. Um ou dois projetos podem figurar na pauta. Passem para a Assessoria de Plenário o pleito dos senhores.

Na tarde de amanhã, então, convido a todos para que estejam presentes a partir das 15h, e já houve acordo de não haver Comunicados nem de Líderes nem de Parlamentares para irmos à pauta propriamente dita.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h42min.)

*Este texto não substitui o publicado no Diário da Câmara Legislativa nº 159-Suplemento, de 30/8/2010.*